

A AGROPECUÁRIA NACIONAL E O MERCOSUL: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR*

Álvaro Antônio Garcia**
Vivian Fürstenau***

Apresentação

Este artigo é resultado de um trabalho mais amplo que os autores vêm desenvolvendo — juntamente com técnicos da Secretaria da Agricultura e da EMATER-RS — visando acompanhar as negociações ao nível do subgrupo 8 do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) — Política Agrícola — e avaliar o poder de competitividade de 21 cadeias produtivas da agropecuária gaúcha¹. Ele é apresentado em três partes. Na primeira, faz-se uma sucinta descrição do Tratado de Assunção — que criou o MERCOSUL — e comenta-se sobre os diferentes interesses colocados na mesa de negociações do subgrupo 8; na segunda parte, avaliam-se algumas questões globais sobre a eficiência do setor agropecuário dos quatro países-membros do MERCOSUL, ou seja, pontos que, de uma maneira geral, abrangem o conjunto do setor e não propriamente um ou outro segmento produtivo; por fim, na última parte, é realizada uma avaliação preliminar sobre a competitividade — nacional e gaúcha — de sete produtos selecionados. Em 1990, esses produtos — arroz, trigo, milho, soja, bovinos, suínos e aves — representavam, juntos, 63% do VBP da agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul (FEE. Núcleo de Contas Regionais).

1- O Tratado de Assunção e o estágio das negociações ao nível do subgrupo 8

O Mercado Comum do Sul foi constituído oficialmente através do Tratado de Assunção, assinado pelos Presidentes dos quatro países-membros — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — em 26 de março de 1991. Na ocasião, ficou estabelecida

* Este texto, elaborado com informações disponíveis até novembro de 1992, contou com a colaboração dos estagiários da FEE Marisol Lemos Telles e Rogério Vianna Tolfo.

** Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

*** Economista da FEE.

¹ Arroz, alho, avicultura, batata, bovinos de corte, cebola, erva-mate, feijão, lácteos, laranja, maçã, mandioca, milho, ovinos, pescado, pêssego, soja, suínos, tomate, trigo e uva e vinho.

a intenção dos quatro países signatários de constituírem, até 31 de dezembro de 1994, um mercado comum onde bens, serviços e fatores produtivos circulariam livremente entre suas fronteiras. Para tanto, até lá, dever-se-ia, dentre outros propósitos, buscar a harmonização das políticas macroeconômicas e setoriais, bem como acordar uma política comercial única frente a terceiros mercados. Também ficou decidido no encontro de Assunção que caberia ao Conselho Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum a administração e a execução do Tratado.²

O Grupo Mercado Comum solicitou aos diferentes subgrupos técnicos de trabalho que formulassem uma relação de prioridades a serem desenvolvidas quando dos debates a respeito das políticas setoriais.³ Em resposta, o subgrupo 8 — Política Agrícola — elencou as seguintes prioridades:

- análise de assimetrias e convergências por produtos, cadeias de produção e complexos agroindustriais;
- definição de padrões, de um regime fito e zoossanitário e de controles de qualidade adequados aos níveis internacionais prevalentes;
- diagnóstico da situação dos principais produtos do setor agropecuário, de suas cadeias de produção e de seus complexos agroindustriais, com vistas à análise prospectiva da competitividade entre os países do MERCOSUL e frente ao mercado internacional, objetivando a harmonização de políticas e a negociação de acordos.

Definido os temas principais a serem estudados, o passo seguinte foi estabelecer um cronograma de trabalho onde, através de sucessivos encontros entre os representantes dos diferentes países, fosse possível a obtenção de acordos setoriais que, posteriormente, seriam referendados pelo Grupo Mercado Comum e pelo Conselho Mercado Comum, instâncias estas que, obviamente, deveriam compatibilizar, quando fosse necessário, os diversos acordos estabelecidos em cada um dos subgrupos de trabalho.

Dada a importância do setor privado na produção, na transformação e na comercialização de produtos agropecuários, ele se constitui num negociador privilegiado. Poder-se-ia afirmar até que são os representantes da iniciativa privada que deverão delinear o caminho e, quiçá, o próprio ritmo do processo de integração. Ao nível do subgrupo 8, vêm ocorrendo dois tipos de encontros: um reúne os representantes do setor oficial, e o outro congrega os representantes do setor privado. Mas, nas reuniões quatripartites do setor privado, participam também, como assessores, técnicos dos

² O Conselho Mercado Comum é formado pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos quatro países-membros, e lhe compete a condução política do processo. Já ao Grupo Mercado Comum, constituído por representantes — quatro titulares e quatro suplentes — dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia e do Banco Central de cada país, coube a responsabilidade pelas funções executivas, isto é, incrementar o dia-a-dia das negociações, de forma a levar a bom termo os objetivos delineados no Tratado de Assunção.

³ Esses subgrupos técnicos de trabalho, criados para analisar a possibilidade de harmonização das políticas macroeconômicas e setoriais, já estavam constituídos desde 1990, à época do Grupo Mercado Comum Argentina—Brasil. São eles: 1) Assuntos Comerciais; 2) Assuntos Aduaneiros; 3) Normas Técnicas; 4) Política Fiscal e Monetária Relacionada com o Comércio; 5) Transporte Terrestre; 6) Transporte Marítimo; 7) Política Industrial e Tecnológica; 8) Política Agrícola; 9) Política Energética; e 10) Coordenação de Políticas Macroeconômicas. Posteriormente, foi criado um outro subgrupo denominado Relações Trabalhistas, Emprego e Segurança Social.

respectivos governos. Por isso, esses encontros são os mais relevantes, na medida em que, a partir deles, são obtidos acordos ou explicitadas as controvérsias que posteriormente serão analisados(as) nas reuniões do setor oficial e nas demais instâncias do MERCOSUL.

No caso específico do subgrupo 8, para melhor andamento dos trabalhos, os debates foram organizados por cadeia produtiva. Ressalte-se que nem todas as cadeias produtivas vêm sendo debatidas em todos esses encontros. Devido a diferentes fatores, dentre os quais se destaca a própria organização dos diversos segmentos produtivos da agropecuária dos quatro países-membros, em alguns casos — raros — as negociações se encontram num estágio bastante adiantado, enquanto em outros estão apenas começando.

Sobre essas reuniões, uma questão importante está relacionada ao poder político-organizacional dos parceiros e/ou concorrentes. Ainda que, a princípio, tenha-se imaginado alocar no subgrupo 8 apenas os representantes dos produtores rurais, percebeu-se logo a necessidade de incluir também a agroindústria — e, em alguns casos, até o setor comercial —, dada a estreita ligação entre esses segmentos que compõem o chamado *agribusiness*.

Dessa forma, se, por um lado, se abreviou uma etapa no processo de negociação — ao colocar juntos, de início, produtores e processadores de produtos agrícolas —, por outro, ampliou-se o jogo de interesses em confronto, na medida em que os preços recebidos por uns integram os custos de produção dos outros. Assim, além da tendência de compatibilizar os interesses dos produtores dos diferentes países, esses seminários servem também para identificar divergências entre produtores e agroindustrialistas e destes entre si.

Nos trabalhos desenvolvidos até agora ficou claro que, nas cadeias produtivas onde a agroindústria tem um peso significativo — como, por exemplo, fumo, aves e ovos e suínos e derivados —, é ela que vem assumindo um papel de liderança nas negociações, ficando os representantes dos produtores rurais numa posição um tanto marginal. Ademais, também é nos setores onde há uma agroindústria forte que as negociações estão mais adiantadas, ou melhor, dado o número de encontros já realizados, é, pelo menos, onde as dificuldades do processo de integração já estão mais nitidamente identificadas.

Um outro ponto interessante vincula-se ao ritmo proposto pelos negociadores quanto ao andamento do processo de integração. Mesmo considerando-se, como já foi mencionado, que, de uma maneira geral, o processo ainda se encontra numa fase de troca de informações, a experiência de cada negociador na sua área de atuação lhe permite um certo conhecimento, ou, ao menos, uma determinada expectativa em relação aos seus parceiros e/ou concorrentes. É óbvio, então, que dessa expectativa venha a emergir a posição dos negociadores — nem sempre de forma explícita — quanto à velocidade do processo de integração. Assim sendo, aqueles que, *a priori*, imaginam que vão ganhar novas fatias do mercado com a concretização do MERCOSUL procuram acelerar o ritmo das negociações, ao passo que os receosos de ver sua produção aniquilada pela concorrência buscam frear o andamento do processo. Nesse sentido, na mesa de negociações, os argumentos utilizados variam desde a afirmativa de que a abertura do mercado beneficiará os consumidores, na medida em que estes poderão adquirir produtos a preços mais baixos, até que essa mesma liberdade de comércio causará graves problemas sociais, gerando desemprego em massa nas regiões onde a produção não é competitiva. É claro que essas posições não se alteram

em função da nacionalidade de cada contendor, mas dos interesses comerciais dos diferentes grupos privados envolvidos nas negociações.

Restaria ainda acrescentar que existe uma tendência — tênue, diga-se de passagem — que estabelece uma linha de prioridades quanto à formação do MERCOSUL. Nesse sentido, enquanto Argentina, Uruguai e Paraguai vêem no Mercado Comum do Sul a possibilidade de, primordialmente, ingressar no mercado brasileiro, o Brasil percebe, no fortalecimento político e econômico do Cone Sul, a oportunidade de enfrentar, em melhores condições, a luta por terceiros mercados. Isso é perfeitamente compreensível, dadas as dimensões de mercado de cada uma das quatro nações envolvidas no processo de integração.

2 - Considerações gerais acerca da competitividade

2.1 - Sobre as vantagens naturais e a capacidade de expansão da produção dos países do Prata

Nesse período que antecede a constituição definitiva do MERCOSUL, comenta-se que a qualidade dos solos dos países do Prata, em especial os da Argentina, viabiliza uma alta produtividade física de seus produtos agrícolas. Assim, existiriam vantagens naturais a favor desses países que a harmonização das políticas aduaneira, fiscal e mesmo tecnológica não conseguiriam eliminar. Daí se conclui que a agricultura nacional será fortemente afetada quando da integração dos mercados.

Embora a assertiva acima não esteja de todo equivocada, é preciso qualificá-la melhor: de uma forma geral, a fertilidade do solo do Centro-Sul brasileiro é bem menor se comparada à do solo argentino e praticamente se equivale àquela verificada nas terras do Uruguai.

Quanto a este último país, assinale-se que é uma nação com dimensões territoriais inferiores às do Estado do Rio Grande do Sul, tendo, assim, extremamente limitada a sua capacidade de expansão em termos de produção agropecuária no âmbito do MERCOSUL. Ou seja, mesmo que o Uruguai venha a aumentar a produção de alguns bens primários — o que, obviamente, não poderá acontecer com **todos** os produtos agropecuários, dadas as suas limitações territoriais —, esse aumento terá um peso reduzido sobre a oferta global dos países do MERCOSUL.

Já em relação à Argentina, a situação apresenta maior complexidade. A superioridade dos recursos naturais argentinos advém de uma determinada faixa de terra daquele país denominada de Pampa Úmido, região de solos riquíssimos, que permite uma elevada produtividade com baixíssimos gastos em correção do solo, fertilizantes, etc. Nisso, seguramente, reside a grande vantagem desse país em termos de custos de produção e, portanto, de competitividade. Mas, pelas informações disponíveis, essa região da Argentina está praticamente toda ocupada com lavoura e/ou pecuária, o que parece lógico, dadas as vantagens comparativas que possui em função da qualidade de seus solos. Se isso for verdade, o crescimento da produção argentina, em níveis que poderão afetar a produção do Centro-Sul brasileiro, somente se dará através da incorporação de novas terras — menos férteis — ou através da incorporação do

progresso técnico, isto é, utilização de insumos modernos como forma de elevar ainda mais a produtividade física do solo. Qualquer uma dessas alternativas poderá implicar um aumento dos custos unitários de produção e, portanto, uma redução do grau de competitividade do produto argentino.

2.2 - Sobre a capacitação tecnológica

Apesar da superioridade argentina em termos de recursos naturais, a agricultura brasileira pode tornar menos desfavorável a sua situação com base nas pesquisas agrícolas, que se apresentam num estágio avançado em nosso país.

Dadas as características de clima e fertilidade do solo na Argentina, especialmente em sua região produtora de grãos, houve maior facilidade na utilização do padrão tecnológico gerado nos países centrais. No Brasil, ao contrário, em virtude da diversidade climática decorrente da extensão do seu território e por ser um país tropical, foi necessária a adaptação do padrão técnico gerado pela "revolução verde" a essas características de clima extremamente diferenciadas. Isso fez com que fosse necessário despende um grande esforço técnico e financeiro de pesquisa na área agrícola.

Em vista disso, existe atualmente uma oferta de inovações tecnológicas, como técnicas de plantio, sementes selecionadas e variedades adaptadas às condições climáticas das diferentes regiões produtoras brasileiras.

No entanto, com algumas exceções, grande parte dos resultados da pesquisa na área agrícola são aplicados somente em estações experimentais, onde são obtidas produtividades semelhantes às dos países onde a agricultura se encontra num patamar bastante desenvolvido. Tratar-se-ia, então, de difundir essas técnicas em grande escala, devendo-se contar, para isso, com financiamentos que viabilizassem esse processo. No caso das culturas nas quais o progresso técnico já se encontra em fase de utilização, mesmo que por grupos restritos de produtores, há também a necessidade de difusão dessas técnicas, com o objetivo de tornar hegemônicos os segmentos responsáveis pelas maiores rentabilidades.

Assim, em vista do atual estágio da pesquisa no Brasil, poder-se-ia pensar, no caso de alguns produtos, que, ao invés de ser encaminhada a "reconversão" dessas culturas, talvez seja mais viável a adaptação dos sistemas de produção vigentes atualmente a técnicas mais avançadas de cultivo, baseadas em pesquisas.

Por outro lado, é necessário salientar que, no que diz respeito à agroindústria, especialmente àquela vinculada à produção de derivados de aves e suínos, se tem a utilização de tecnologia extremamente avançada por parcela significativa do setor, o que o coloca em condições de competir com os países mais produtivos nesses segmentos.

Em vista do exposto, parece lícito supor que, a partir do estágio de desenvolvimento alcançado pela tecnologia agropecuária no Brasil, haja a possibilidade de que, através de seu uso, sejam obtidos novos resultados visando a ganhos de rentabilidade. De acordo com o IPARDES (1991, p.50)

"(...) em termos de tecnologia voltada à produção agropecuária, uma série de pesquisas em andamento, algumas com resultados comprovados e totalmente disponíveis, como os trabalhos da EMBRAPA, permitiria avan-

ços significativos de produtividade, podendo duplicar a oferta agrícola dos últimos anos no país. No caso dos grãos, já são conhecidos os estudos sobre o zoneamento macroecológico, proposto pela EMBRAPA, e que identificam as regiões brasileiras com maiores vantagens comparativas para cada tipo de grão".

Esses ganhos poderão ser decisivos com relação à competitividade dos produtos brasileiros, especialmente dos ofertados pelo Centro-Sul, frente aos dos outros países integrantes do MERCOSUL.

Essa possibilidade é particularmente verdadeira no caso da competitividade associada a inovações tecnológicas, já que o progresso nesse setor se dá através de pequenos aperfeiçoamentos da tecnologia existente. Com isso, os países que já dominam esta última, como é o caso do Brasil na área agrícola, encontram maior facilidade para avançar, ou seja, na análise das possibilidades decorrentes da utilização de progresso técnico, deve-se considerar a cumulatividade dos resultados já obtidos.

2.3 - Sobre outras assimetrias nos sistemas de produção

Além das vantagens e desvantagens referentes às condições naturais, bem como às relativas ao estágio tecnológico dos países do MERCOSUL, outras assimetrias verificadas nos diferentes sistemas de produção também vêm sendo debatidas. Dentre elas, estão as relativas ao preço da terra, ao sistema tributário em vigor e às formas de financiamento das atividades agrícolas.

As informações disponíveis indicam que, de uma forma geral, o preço da terra no Centro-Sul do Brasil é superior àquele registrado no Uruguai e na Argentina. Entretanto, à medida que diferentes barreiras forem sendo eliminadas de modo a favorecer a livre circulação dos capitais, a tendência vai ser o MERCOSUL constituir-se num espaço econômico único. Dessa forma, os diferenciais nos preços das terras obedecerão a critérios que pautam hoje essas diferenças num determinado Estado nacional, ou seja, qualidade dos solos, distância do mercado consumidor, etc.

No mesmo sentido encaminha-se a resolução da questão tributária. Inicialmente, foi bastante veiculada no Brasil a idéia de que a carga fiscal em nosso país era bastante superior àquela verificada nas demais nações do Cone Sul. No entanto estudos posteriores mostraram que, com exceção do Paraguai, onde existe uma carga tributária menor, nos demais países, o total dos tributos pagos é semelhante, embora apareçam diferenças a nível de cada produto e/ou nos vários estágios da produção, da transformação e da comercialização dos produtos agrícolas (IPARDES, 1992). De qualquer forma, as assimetrias que porventura existam tenderão a ser eliminadas — ou, ao menos, atenuadas — até a plena vigência da integração, programada para janeiro de 1995.

Já os estudos comparativos sobre os financiamentos à agropecuária e, num sentido mais amplo, sobre as políticas públicas dirigidas ao setor demonstram assimetrias relevantes entre o Brasil e as demais nações que assinaram o Tratado de Assunção. Preços mínimos, crédito rural favorecido e acordos para formação e liberação de estoques públicos de produtos agrícolas são mecanismos de política econômica inexistentes nos outros países do MERCOSUL.

É de se supor, então, que, na esteira do neoliberalismo — e em consonância com o princípio das vantagens comparativas —, os governos dos outros países-membros pressionem o Governo do Brasil no sentido de este reduzir sua intervenção nos mercados agrícolas. Não obstante, esse é o tipo de questão que, sem nenhuma dúvida, suscitará grandes controvérsias quando da tentativa de harmonização das políticas macroeconômicas. Por um lado, existem várias peculiaridades envolvendo a produção primária — dentre as quais, o risco subjacente à atividade e a importância social de manter uma parcela da população no campo — que justificam uma política protecionista. Haja vista que, na maioria dos países desenvolvidos, existe alguma forma de proteção ao setor agrícola. De outro lado, no caso brasileiro, o complexo agroindustrial é bastante organizado politicamente, tendo, assim, um grande poder de barganha frente aos órgãos decisórios do Governo.

Por essas razões, e também porque, a princípio, os próprios produtores agrícolas dos demais países do MERCOSUL teriam interesse em produzir sob a "guarda" de políticas públicas que visem dar proteção ao setor, é provável que as negociações conduzam a uma posição intermediária em relação à política prevalente hoje no Brasil. Se isso de fato vier a se concretizar, ter-se-á, então, um afrouxamento gradativo nos atuais mecanismos de política agrícola, mantendo-se, no entanto, a proteção a certos segmentos produtivos e/ou determinadas regiões dos diferentes países.

2.4 - Sobre as normas técnicas

Um outro ponto que tem criado controvérsias é o que, *grosso modo*, se poderia denominar normas técnicas, onde estariam incluídos, dentre outros, a legislação zoo e fitossanitária, o código de defesa do consumidor e os padrões de comercialização, entendidos estes últimos como o *design* do produto, metragem, etc.

Quanto aos padrões de comercialização, ressalte-se que as diferenças são maiores no caso de produtos de mercado interno e menores quando se trata de produtos de exportação. Isso é perfeitamente compreensível, porque os produtos colocados no mercado internacional obedecem a certos padrões impostos pelos países importadores, que devem ser seguidos à risca pelos países que desejam exportar.

A mesma observação, no que diz respeito a produtos exportáveis, serve também para as condições zoo e fitossanitárias e para o código de defesa do consumidor (no caso, o consumidor do país importador). As assimetrias aparecem quando da análise das legislações internas, isto é, das normas em vigor para produtores e consumidores de cada país do MERCOSUL. Nesse caso, tem-se que, de uma maneira geral, é justamente o Brasil o país que apresenta uma legislação zoo e fitossanitária e um código de defesa do consumidor mais rígido, se comparado às normas vigentes nos demais países do MERCOSUL. Na realidade, nesse aspecto, a legislação brasileira é bastante evoluída, aproximando-se das normas vigentes nos países do Primeiro Mundo.

Isso posto, cabe a pergunta: quais as normas técnicas que prevalecerão quando da constituição definitiva do MERCOSUL? Considerando-se que a legislação brasileira é a mais avançada e, principalmente, que o mercado brasileiro é, disparado, o mais importante dentre os quatro países, é plausível supor-se que as normas técnicas a serem estabelecidas para a produção e a comercialização de produtos agropecuários a nível de MERCOSUL em muito se aproximarão daquelas atualmente vigentes no Brasil.

3- Avaliação preliminar da competitividade de produtos selecionados

3.1 - Grãos

A participação do Brasil no total da produção de arroz do MERCOSUL situou-se em torno de 90% no período 1988-90,⁴ enquanto a da Argentina atingiu em média 4%, e a do Uruguai, quase 5%. O Paraguai tem apresentado produção irrelevante, que atingiu no máximo 1% do total produzido na região.

Tanto a Argentina quanto o Uruguai, ao contrário do Brasil, apresentam um baixo consumo de arroz — aproximadamente 5kg/habitante/ano —, o que gera excedentes exportáveis mesmo não havendo, nesses países, uma produção de grande porte (RUCATTI, 1992).

No entanto, mesmo no caso da exportação do total desses excedentes para o Brasil, isso não teria, pelo menos atualmente, grandes efeitos sobre o mercado brasileiro, já que os volumes totais da produção de arroz na Argentina e no Uruguai cobrem pouco mais de um mês do consumo de arroz no Brasil.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, tem sido responsável por quase 40% da produção nacional, o que corresponde a uma participação no total produzido no âmbito do MERCOSUL de mais de 30% (Anu. Estat. BR 1991, 1991). Com relação à produtividade física da lavoura de arroz gaúcha, o que se verifica é que ela é semelhante à obtida nos solos argentinos e uruguaios. De acordo com os dados utilizados, tem-se uma produtividade no Estado de 4.575kg/ha na safra de 1990, enquanto a Argentina apresentou um rendimento de 4.096kg/ha, e o Uruguai obteve 4.700kg/ha.

Segundo os dados relativos aos custos de produção por hectare obtidos até o momento, verifica-se que, no Rio Grande do Sul, esses custos, para o arroz irrigado, são superiores aos da Argentina e, em maior grau, aos do Uruguai — 1.194 US\$/ha, 1.056 US\$/ha e 998 US\$/ha respectivamente (RUCATTI, 1992). Essa realidade coloca a necessidade de produtividades físicas da terra superiores no Brasil para que os custos unitários — US\$/t — pelo menos se equivalham.

Com relação à produção de trigo nos países do MERCOSUL, tem-se que é a Argentina o país a apresentar, nos últimos anos, a maior participação a nível desse produto. No período considerado — 1988-90 —, a produção argentina de trigo tem aumentado, chegando a 1990 com uma participação de mais de 70% do total de trigo produzido na região. É importante salientar que esse aumento da participação argentina vem ocorrendo em detrimento da produção triticola oriunda do Brasil, que tem se retraído nos últimos anos.

Quanto à produção brasileira, registre-se que o Rio Grande do Sul era, na década de 70, responsável por 60% da produção nacional de trigo, reduzindo, a partir daí, sua importância nessa cultura e chegando aos anos 90 com uma participação em torno de 30% (Anu. Estat. BR 1991, 1991).

⁴ Os dados onde a fonte não está citada ao longo do texto ou estão nas Tabelas 1 e 2 — em anexo —, ou foram obtidos a partir delas. São utilizados dados até 1990, uma vez que esse é o último ano para o qual existem dados oficiais para todos os países do MERCOSUL.

No entanto, apesar dessa diminuição da importância da produção de trigo, o nosso Estado tem ainda um papel relevante na oferta de trigo para o mercado brasileiro. Por outro lado, para a economia gaúcha, o trigo é uma das principais culturas, com uma participação de 4% no VBP do Rio Grande do Sul, "perdendo" apenas para a soja — 16% do VBP —, para o arroz — 15% do VBP — e para o milho — 6% do VBP (FEE. Núcleo de Contas Regionais). Além disso, o trigo é a principal cultura de inverno no Rio Grande do Sul, ocupando 80% da área cultivada nessa época do ano. E, mais do que isso, a cultura do trigo tem tido um papel fundamental na redução dos custos de produção da cultura da soja, já que essa oleaginosa é produzida em sucessão com o trigo.

Em face das informações existentes que colocam o custo de produção por tonelada de trigo produzida na Argentina como bastante inferior ao do nosso país, cria-se a possibilidade de substituição da produção nacional de trigo pela importação deste. Essa possibilidade decorreria, além disso, do fato de que a produtividade física obtida na cultura do trigo no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, é bastante inferior à conseguida nos solos argentinos.

Ainda no caso do Rio Grande do Sul, examinando-se a produção de trigo por estratos de área, verifica-se que as produtividades não são diferenciadas nos diversos grupos de área — existe apenas um pequeno acréscimo nas produtividades obtidas nas áreas entre 2.000 e 5.000ha (Censo Agropec. 1985:RS, 1985). Essa constatação significa, portanto, que, se houver, o alijamento do processo produtivo poderá se dar tanto entre os pequenos produtores como entre os grandes.

Em relação à produção de milho, tem-se que, apesar de o Brasil ser o terceiro maior produtor do Mundo, a sua participação no total produzido — 5% — é bastante inferior à dos Estados Unidos e à da China, que são responsáveis, respectivamente, por 42% e 18% do total mundial (Anu. FAO 1990, 1991a). No âmbito do MERCOSUL, em 1990, o Brasil foi responsável por quase 80% da produção, enquanto a Argentina totalizou 18%.

No entanto, apesar da superioridade em termos de volume da produção brasileira de milho, observando-se as produtividades, verifica-se que a obtida na Argentina é praticamente o dobro da existente no Brasil e algo em torno de 30% superior à do Rio Grande do Sul (Anu. Estat. BR 1991, 1991).

É provável que a explicação para esse baixo rendimento médio da produção de milho gaúcha esteja no fato de 70% dela se destinar para consumo na propriedade rural (VIOLA, BARTELS, 1992). Essa situação particular do Estado deve resultar numa grande disparidade entre a rentabilidade obtida na produção para autoconsumo e a destinada à comercialização.

Sobre a produção para autoconsumo, é necessário, inicialmente, fazer uma ressalva no sentido de que nesse grupo de produtores estão incluídos alguns que produzem de forma integrada com os segmentos de avicultura e suinocultura. Em vista do avanço apresentado por esses segmentos, certamente a produtividade obtida por eles é bem superior à dos produtores que estabelecem essa cultura de forma marginal a outras lavouras para alimentação dos animais da fazenda, ou seja, agricultores que não têm por objetivo ganhos diretos advindos da produção de milho. No caso destes, a produção deve apresentar produtividades extremamente reduzidas.

Mesmo não sendo possível dimensionar de forma exata a participação dos produtores que apresentam maiores produtividades por estarem integrados com outros segmentos, sabe-se que eles não são a maioria. A partir disso, pode-se concluir que, na sua maior parte, a produção de milho para autoconsumo apresenta baixas produtividades.

Tal não seria o caso dos produtores responsáveis pelos 30% destinados à comercialização, estes, sim, claramente preocupados com a obtenção de crescentes ganhos de produtividade e, assim, apresentando resultados bem acima da média, já que essa é uma variável essencial na definição da rentabilidade econômica desse segmento.

No entanto, dado o volume de produção das lavouras para autoconsumo, certamente a produtividade média da cultura de milho gaúcha tende a se reduzir, influenciada pelas menores produtividades obtidas nessas lavouras. Em vista disso, poder-se-ia concluir que o segmento produtor para comercialização apresenta uma produtividade bastante superior à média, podendo esta, inclusive, se igualar ou até mesmo ser superior à da Argentina.

De qualquer forma, com o processo de integração, os responsáveis pelos segmentos da avicultura e da suinocultura — principais consumidores do milho comercializado — terão a opção de adquirir milho, talvez mais barato, proveniente da Argentina. Essa possibilidade criará dificuldades para os produtores nacionais, uma vez que os compradores poderão impor condições quando da negociação de preços.

Do total da produção de soja a nível mundial — 108 milhões de toneladas em 1990 —, o Brasil produziu 20 milhões de toneladas, o que representa quase 20% do total, enquanto na Argentina essa produção se situou em 10% desse total. Na realidade, o Brasil é o segundo produtor de soja do Mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que são responsáveis por 50% do total de soja em grão produzido mundialmente (Anu. FAO 1990, 1991a).

A importância da produção de soja no Brasil e na Argentina — quase um terço do volume da produção mundial — reflete-se na participação desses dois países no mercado externo de soja em grão, bem como no de óleo de soja. Em conjunto, esses países foram responsáveis, em 1990, por mais de 25% das exportações mundiais de soja em grão e por quase 50% das de óleo de soja. Por sua vez, os Estados Unidos, o maior produtor de soja do Mundo, são responsáveis por 60% das exportações totais de soja em grão e por algo em torno de 18% das exportações de óleo de soja (Anu. FAO, 1990, 1991).

A nível de MERCOSUL, o Brasil e a Argentina respondem por 95% do total da produção gerada na região. No Uruguai, praticamente inexistente o cultivo de soja, e o Paraguai atingiu, no máximo, nos últimos anos, 5% da produção de soja no MERCOSUL. A nível mundial, a produção paraguaia não chega a atingir 2% da produção anual.

Comparando-se as produtividades físicas obtidas na cultura de soja, verifica-se que, no Brasil, esse rendimento é bastante inferior ao da Argentina. No caso do Rio Grande do Sul, a comparação é ainda mais negativa, já que o nosso estado tem apresentado, em geral, produtividades menores do que a média nacional. Além disso, de acordo com as informações existentes, o custo de produção na Argentina é menor do que o do Brasil, tendo em vista que o solo argentino é mais rico, necessitando menores quantidades de fertilizantes. Portanto, no aspecto eficiência, a Argentina apresenta vantagens frente ao Brasil e ao Rio Grande do Sul.

Porém esse fato só teria relevância no caso da colocação da soja argentina em nosso país. Mas, como essa produção tem como destino o mercado internacional, esse diferencial de custos não necessariamente deve ser considerado. O que importa no caso é que a soja brasileira é colocada de forma competitiva no mercado internacional. E, internamente, o que interessa é que, pelos preços obtidos no Exterior, vem sendo garantida a remuneração ao produtor nacional.

3.2 - Produção animal

No que diz respeito à pecuária de corte, os quatro países do MERCOSUL possuíam, em 1990, um rebanho de aproximadamente 207 milhões de cabeças, sendo que, desse total, o Brasil participava com 67,5%, a Argentina com 24,4%, o Uruguai com 4,2% e o Paraguai com 3,9%. O rebanho brasileiro é o segundo maior do Mundo em número de cabeças, superado apenas pelo da Índia, e o primeiro em termos comerciais. No entanto seus indicadores de produtividade estão muito aquém dos padrões internacionais, inclusive em relação aos de seus parceiros do MERCOSUL — Argentina e Uruguai.

Vários índices zootécnicos são utilizados para avaliar a produtividade da pecuária de corte. Dentre eles, destacam-se a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade, a idade da primeira cria e a idade de abate dos machos. Mas de todos os indicadores que servem para avaliar a produtividade da pecuária de corte o principal é a taxa de desfrute, ou seja, o percentual de animais abatidos a cada ano em relação ao total do rebanho.

Comparando-se os dados oficiais sobre a taxa de desfrute nos países do MERCOSUL, percebe-se uma clara desvantagem para a produção nacional. Por exemplo, tomando-se as informações relativas aos anos de 1988, 1989 e 1990 — período em foi possível obter dados oficiais de todos os países do MERCOSUL —, observa-se que a taxa de desfrute no Brasil ficou ao redor de 9,5%, próxima à do Paraguai — que tem um rebanho insignificante —, mas bastante aquém daquela obtida no Uruguai, cuja média dos três anos considerados aproximou-se de 17%, e, principalmente, muito abaixo da taxa de desfrute verificada na Argentina, que se situou em torno de 24%. Apenas para se fazer uma comparação em relação aos padrões internacionais, deve-se registrar que, no ano de 1990, na Comunidade Econômica Européia (CEE) a taxa de desfrute atingiu 38%, na Austrália beirou os 34% e nos EUA e na Nova Zelândia superou levemente a marca alcançada na Argentina (Anu. FAO, 1990, 1991a).⁵

Existem, no entanto, fortes indícios de que os dados referentes à taxa de desfrute no Brasil — e no Rio Grande do Sul — estão subestimados, dada a quantidade de abates clandestinos ocorridos em nosso país. Não se têm informações de em que medida o mesmo possa ocorrer nos demais países do MERCOSUL, mas em relação ao Brasil não restam dúvidas de que a taxa de desfrute apresentada oficialmente está aquém daquela que efetivamente se verifica. Num excelente trabalho sobre a produção animal, Cláudio Einloft, após reproduzir uma série de depoimentos de representantes do subsetor pecuário e da indústria de curtume, afirma que a taxa de desfrute do rebanho bovino brasileiro deve oscilar, na realidade, em torno de 15% (EINLOFT, 1990,

⁵ Ressalte-se que, no Rio Grande do Sul, onde em 1990 estava localizado o quarto rebanho bovino do Brasil — 13,7 milhões de cabeças, equivalente a 9,8% do rebanho nacional —, os dados oficiais da última década mostraram uma taxa de desfrute oscilando entre 10% e 13%, ou seja, ligeiramente superior à média brasileira.

p.248). Ainda assim, essa taxa é considerada baixa quando comparada aos padrões internacionais e mesmo aos índices verificados nos países do Prata.

As vantagens obtidas pela Argentina e pelo Uruguai — principalmente pela primeira — decorrem mais da qualidade natural de suas pastagens do que da incorporação de tecnologia ao sistema de produção. Ou seja, supõe-se que o diferencial de produtividade a favor dos países do Prata seja oriundo de vantagens naturais e não de vantagens adquiridas. Dessa forma, esses países não teriam um dispêndio mais elevado para obterem uma produtividade superior à brasileira.

Uma vantagem identificada para a pecuária de corte do Brasil — e do Rio Grande do Sul — é que a concretização do MERCOSUL possibilitará a formação de um bloco para negociar frente a terceiros países. A Argentina e o Uruguai — e o Brasil, em menor escala — já têm tradição no mercado externo de carne bovina. Juntos, os países do MERCOSUL detinham, em 1990, 16,22% do rebanho mundial e 11,67% do total de carne bovina produzida no Mundo.⁶

Mesmo uma investigação preliminar sobre a suinocultura no MERCOSUL requer uma análise, em separado, da produção de suínos propriamente dita e de sua transformação em derivados, isto é, da agroindústria processadora de produtos suínos. Começemos então averiguando a situação da produção de suínos e façamos, gradativamente, a inserção da indústria neste complexo agroindustrial.

Em 1990, o rebanho de suínos dos países do MERCOSUL alcançava 40,3 milhões de cabeças. Desse total, o rebanho do Brasil — o quarto maior do Mundo — participava com 82,5%, o da Argentina com 10,9%, o do Paraguai com 6,1% e o do Uruguai com 0,5%. Como já foi visto, um dos dados mais significativos de produtividade na produção animal é a taxa de desfrute. Pois bem, considerando-se o período 1988-90, a taxa de desfrute no Brasil oscilou em torno de 47%, na Argentina, ao redor de 60%, no Paraguai alcançou a média de 85%, e no Uruguai essa taxa estava próxima a 72%. Todas essas taxas situam-se abaixo da média mundial, que é de mais ou menos 100%, e muito aquém do desfrute obtido em países como a França — 174% — e a Alemanha — 161% (EINLOFT, 1990, p.278). Ademais, dentre os países do MERCOSUL, aqueles que obtiveram os melhores índices de produtividade — Paraguai e Uruguai — possuem um rebanho pouco expressivo.

Todavia é relevante registrar-se que, no Brasil, os sistemas de produção de suínos são bastante heterogêneos, e, portanto, os índices de produtividade também variam muito. O Rio Grande do Sul é um bom exemplo de diferentes sistemas de produção. Numa mesma região — que compreende o Vale do Taquari, o Planalto, o Alto Uruguai e o Noroeste —, coexistem a suinocultura colonial e a empresarial. Na primeira, a atividade é basicamente familiar, realizada com uma tecnologia rudimentar, e o pequeno produtor, além da criação de suínos, cultiva cereais e possui também outras criações, como a de gado leiteiro. A diversidade de produção permite que boa parte dos alimentos que servem ao sustento da família e mesmo os insumos utilizados no rebanho suíno — basicamente o milho — sejam produzidos na própria propriedade. Já a suinocultura empresarial é realizada com tecnologia avançada.

⁶ Dados elaborados a partir do Anuário FAO 1990 (1991a).

da — onde se inclui, dentre outras, seleção genética, conhecimentos de manejo e instalações e prática de inseminação artificial — e, basicamente, com compra de insumos no mercado e mão-de-obra contratada (BARTELS, VIOLA, 1992, p.3). Esta última, bem mais do que a produção colonial, está vinculada à agroindústria e dela recebe crédito para a compra de insumos, qualificação do rebanho, das instalações, etc. Numa pesquisa realizada pela EMATER-RS em 565 propriedades que produzem suínos para a comercialização, observou-se uma taxa de desfrute de 170% (BARTELS, VIOLA, 1992, p.2).

Então, e considerando-se também que, pelas informações disponíveis, o estágio tecnológico da agroindústria dos demais países do MERCOSUL é inferior ao da agroindústria brasileira, é viável supor-se que o segmento verticalizado da suinocultura nacional apresenta boas condições de competitividade não só na produção de suínos propriamente dita, mas, principalmente, através de seu subsetor de transformação e comercialização de produtos suínos.

Não obstante isso, deve-se levar em conta que a Argentina, devido especialmente à qualidade de seus solos, apresenta uma elevada produtividade nas culturas do milho e da soja. Como o gasto com alimentação possui um peso significativo na formação dos custos de produção de suínos, o preço desses insumos jogará um papel decisivo na disputa pelas fatias do mercado. Acredita-se que a concorrência será acirrada, pelo menos num primeiro momento, apenas ao nível da produção de suínos e não ao nível de sua transformação em derivados, onde, aparentemente, é tranqüila a posição da agroindústria nacional. Ainda em relação a esse aspecto, cabe ressaltar que talvez a situação dos produtores de suínos do sul do Brasil — em especial, os do Rio Grande do Sul — venha a melhorar. Isto porque, zeradas as alíquotas de importação, lhes seria possível adquirir milho ou outros insumos nos países vizinhos a um preço mais baixo, reduzindo, assim, seu custo de produção.

Com relação à avicultura, deve ser ressaltada, de início, a disparidade do efetivo brasileiro de aves frente ao dos demais países do MERCOSUL. Tendo os quatro países um efetivo de 660 milhões de aves em 1990, somente o do Brasil representava 90% desse total.

Uma análise preliminar sobre a competitividade do setor avícola — brasileiro e gaúcho — frente aos demais países da região leva a conclusões semelhantes àquelas apresentadas quando da análise da situação da produção de suínos e derivados, ainda que, no caso da avicultura, também o subsetor produtor de aves seja bastante desenvolvido. Isto é, da mesma forma que a produção do Rio Grande do Sul, a de outros estados que têm importância na produção de aves e derivados — Santa Catarina, Paraná e São Paulo — apresenta-se verticalizada e altamente competitiva, com elevado

⁷ O Brasil só não possui competitividade internacional em pesquisa na área de melhoramento genético, o que obriga o setor avícola nacional a adquirir no Exterior os chamados "pintos avós". Estas são aves que dão origem às matrizes para a produção de pintos de corte e também às galinhas poedeiras (EINLOFT, 1990, p.284).

nível tecnológico tanto na criação de aves — incluindo raça, alimentação e manejo — como na industrialização dessa produção.⁷

Em vista desses avanços tecnológicos ocorridos no setor produtor de aves de corte, a partir dos anos 60 e mais especialmente na década de 70, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor mundial de frango de corte e o quarto em exportações. Em 1990, um informe da AGROCERES afirmava que a posição de relevância do Brasil na avicultura internacional era "(...) fruto da existência de um setor que detém o mesmo nível tecnológico e de produtividade encontrado nas nações mais desenvolvidas na moderna avicultura industrial" (EINLOFT, 1990, p.284).

No entanto, apesar dos avanços tecnológicos na criação de aves no Brasil de forma semelhante ao que acontece no caso da produção de suínos, a grande vantagem dos países do Prata — leia-se Argentina — decorre dos baixos custos comparativos dos insumos utilizados na produção avícola. Ou seja, essas nações produzem milho e soja a preços relativamente menores que os brasileiros. Portanto, é no item referente às rações, que no Rio Grande do Sul, por exemplo, representa 65% do custo total (GRAZIOTIN, 1992), que a vantagem a favor dos países do Prata é mais significativa.

Tabela 1

Produção e produtividade do arroz, do trigo, do milho e da soja nos países do MERCOSUL — 1988-90

| PRODUTOS | 1988 | | | 1989 | | | 1990 | | |
|-----------|----------------------|-------------------|--------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------|
| | Produção (1 000t) | Participação % | Produtividade (kg/ha) | Produção (1 000t) | Participação % | Produtividade (kg/ha) | Produção (1 000t) | Participação % | Produtividade (kg/ha) |
| Arroz | | | | | | | | | |
| Argentina | 415 | 3,27 | 4 526 | 469 | 3,87 | 4 303 | 467 | 5,50 | 4 096 |
| Brasil | 11 809 | 93,09 | 1 982 | 11 030 | 90,98 | 2 099 | 7 425 | 87,41 | 1 883 |
| Paraguai | 81 | 0,64 | 2 437 | 87 | 0,72 | 2 611 | 85 | 1,00 | 2 677 |
| Uruguai | 381 | 3,00 | 4 708 | 537 | 4,43 | 5 645 | 517 | 6,09 | 4 700 |
| Total | 12 686 | 100,00 | - | 12 123 | 100,00 | - | 8 494 | 100,00 | - |
| Trigo | | | | | | | | | |
| Argentina | 8 360 | 55,94 | 1 840 | 10 100 | 60,54 | 1 889 | 10 800 | 72,68 | 1 862 |
| Brasil | 5 738 | 38,40 | 1 655 | 5 556 | 33,30 | 1 692 | 3 140 | 21,13 | 1 170 |
| Paraguai | 432 | 2,89 | 1 828 | 486 | 2,91 | 2 063 | 500 | 3,36 | 2 128 |
| Uruguai | 414 | 2,77 | 2 341 | 542 | 3,25 | 2 392 | 420 | 2,83 | 1 869 |
| Total | 14 944 | 100,00 | - | 16 684 | 100,00 | - | 14 860 | 100,00 | - |
| Milho | | | | | | | | | |
| Argentina | 9 200 | 26,27 | 3 774 | 4 260 | 13,35 | 2 803 | 5 049 | 18,30 | 3 105 |
| Brasil | 24 748 | 70,65 | 1 877 | 26 590 | 83,33 | 2 058 | 21 298 | 77,20 | 1 869 |
| Paraguai | 961 | 2,74 | 1 978 | 1 000 | 3,13 | 2 002 | 1 139 | 4,13 | 2 200 |
| Uruguai | 118 | 0,34 | 1 592 | 60 | 0,19 | 1 228 | 101 | 0,37 | 1 667 |
| Total | 35 027 | 100,00 | - | 31 910 | 100,00 | - | 27 587 | 100,00 | - |
| Soja | | | | | | | | | |
| Argentina | 9 900 | 33,67 | 2 264 | 6 519 | 20,19 | 1 670 | 10 672 | 33,22 | 2 141 |
| Brasil | 18 016 | 61,28 | 1 713 | 24 052 | 74,50 | 1 971 | 19 888 | 61,92 | 1 732 |
| Paraguai | 1 407 | 4,79 | 1 838 | 1 615 | 5,00 | 1 897 | 1 500 | 4,67 | 1 616 |
| Uruguai | 78 | 0,26 | 1 700 | 100 | 0,31 | 1 513 | 60 | 0,19 | 1 500 |
| Total | 29 401 | 100,00 | - | 32 286 | 100,00 | - | 32 120 | 100,00 | - |

Tabela 2

Desempenho da produção animal nos países do MERCOSUL— 1988-90

| DISCRIMINAÇÃO | BRASIL | | | ARGENTINA | | |
|------------------------|----------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1988 | 1989 | 1990 |
| Bovinos | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 139 599 | 136 814 | (1)140 000 | (2)50 782 | (2)50 782 | (2)50 582 |
| Participação % | 66,96 | 66,70 | 67,45 | 24,36 | 24,76 | 24,36 |
| Animais abatidos (1) | 12 542 | 13 462 | (2)13 650 | 12 200 | (2)12 200 | (2)12 400 |
| Participação % | 46,80 | 47,79 | 48,55 | 45,52 | 43,30 | 44,10 |
| Taxa de desfrute | 8,98 | 9,84 | 9,75 | 24,00 | 24,00 | 24,51 |
| Produção de carne (4) | 2 581 | 2 748 | (2)2 882 | 2 650 | (2)2 600 | (2)2 650 |
| Participação % | 45,48 | 47,14 | 48,27 | 46,70 | 44,60 | 44,38 |
| Suínos | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 32 121 | (2)31 700 | (2)33 200 | (3)4 200 | (3)4 200 | (3)4 400 |
| Participação % | 83,12 | 82,51 | 82,47 | 10,87 | 10,93 | 10,93 |
| Animais abatidos (1) | 15 500 | (3)14 300 | (3)15 600 | 2 500 | (2)2 500 | (3)2 700 |
| Participação % | 77,60 | 75,42 | 76,07 | 12,52 | 13,19 | 13,17 |
| Taxa de desfrute | 48,26 | 45,11 | 46,99 | 59,52 | 59,52 | 61,36 |
| Produção de carne (4) | (2)1 100 | (2)1 000 | (2)1 050 | 200 | (3)200 | (3)215 |
| Participação % | 76,98 | 74,57 | 74,52 | 14,00 | 14,91 | 15,26 |
| Aves | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 510 000 | (3)530 000 | (3)590 000 | (3)45 000 | (3)43 000 | (3)43 000 |
| Participação % | 88,24 | 88,78 | 89,53 | 7,79 | 7,20 | 6,53 |
| Animais abatidos (1) | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Participação % | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Taxa de desfrute | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produção de carne (4) | 2 001 | 2 146 | 2 417 | 392 | 355 | 369 |
| Participação % | 81,97 | 84,12 | 85,13 | 16,06 | 13,92 | 13,00 |
| PARAGUAI | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | | | | | | |
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1988 | 1989 | 1990 |
| Bovinos | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 7 780 | 8 074 | 8 254 | 10 331 | 9 447 | (2)8 723 |
| Participação % | 3,73 | 3,93 | 3,90 | 4,96 | 4,61 | 4,20 |
| Animais abatidos (1) | 578 | 677 | (3)610 | 1 479 | 1 835 | (2)1 456 |
| Participação % | 2,16 | 2,40 | 2,17 | 5,52 | 6,51 | 5,18 |
| Taxa de desfrute | 7,43 | 8,38 | 7,40 | 14,32 | 19,42 | 16,69 |
| Produção de carne (4) | 131 | (3)135 | (3)137 | (2)313 | (2)346 | (2)302 |
| Participação % | 2,31 | 2,32 | 2,29 | 5,52 | 5,94 | 5,06 |
| Suínos | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 2 108 | 2 305 | 2 444 | 215 | (2)215 | (3)215 |
| Participação % | 5,45 | 6,00 | 6,07 | 0,56 | 0,56 | 0,53 |
| Animais abatidos (1) | 1 824 | (3)2 000 | (3)2 047 | (3)150 | (3)160 | (3)160 |
| Participação % | 9,13 | 10,55 | 9,98 | 0,75 | 0,84 | 0,78 |
| Taxa de desfrute | 86,53 | 86,77 | 83,76 | 69,77 | 74,42 | 74,42 |
| Produção de carne (4) | (3)109 | (3)120 | (3)123 | 20 | (2)21 | (2)21 |
| Participação % | 7,63 | 8,95 | 8,73 | 1,40 | 1,57 | 1,49 |
| Aves | | | | | | |
| Efetivo do rebanho (1) | 16 000 | 17 000 | (3)18 000 | (3)17 000 | (3)7 000 | (3)8 000 |
| Participação % | 2,79 | 2,84 | 2,73 | 1,21 | 1,17 | 1,21 |
| Animais abatidos (1) | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Participação % | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Taxa de desfrute | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Produção de carne (4) | (3)24 | (3)26 | (3)27 | (3)24 | (3)24 | (3)26 |
| Participação % | 0,98 | 1,02 | 0,95 | 0,98 | 0,94 | 0,92 |

FONTE: ANUÁRIO FAO 1990: produção (1991). Roma: ONU, v.44.

(1) Em 1 000 cabeças. (2) Dado não oficial. (3) Estimativa da FAO. (4) Em 1 000t.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1991 (1991). Rio de Janeiro: IBGE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1990 (1991). Porto Alegre: FEE.
- ANUÁRIO FAO 1990: comércio (1991). Roma: ONU, v.44.
- ANUÁRIO FAO 1990: produção (1991a). Roma: ONU, v.44.
- BARTELS, Henrique, VIOLA, Eniltur A. (1992). **Suínos**: uma avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: EMATER. (Mimeo)
- CACHAPUZ, José Mauro (1992). **Bovinos de corte**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: EMATER. (Mimeo)
- CENSO AGROPECUÁRIO 1985: Rio Grande do Sul (1985). Rio de Janeiro: IBGE.
- EINLOFT, Cláudio (1990). Produção animal: os (des)caminhos de uma década. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE. t.2.
- FARIAS, Aurelino D. (1992). **Soja**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: EMATER. (Mimeo)
- GARCIA, Álvaro Antônio (1992). **SGT-8/Mercosul**: reflexões sobre a VIII Reunião Quatripartite do Setor Privado. Porto Alegre: FEE. (Mimeo)
- GRAZIOTIN, Valesca (1992). **Aves e ovos**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: SEAGRI. (Mimeo)
- IPARDES (1992). **Mercosul**: custos e incidência tributária na produção agropecuária e agroindustrial. Curitiba.
- IPARDES (1991). **O Paraná no Mercosul**: análise preliminar de setores mais sensíveis. Curitiba. (Relatório)
- JACOBSEN, Luiz A., FARIAS, Aurelino D. (1992). **Trigo**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Passo Fundo: EMATER. (Mimeo)
- RUCATTI, Evely G. (1992). **Arroz**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: IRGA. (Mimeo)
- VIOLA, Eniltur A., BARTELS, Henrique (1992). **Milho**: avaliação preliminar da competitividade do setor frente ao Mercosul. Porto Alegre: EMATER. (Mimeo)